

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ESPECIALIZAÇÃO EM MBA AUDITORIA INTEGRAL**

BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA DE CURITIBA

José Marcos Mariano

Prof. Orientador: Dr. Romualdo Douglas Colauto

CURITIBA

2011

JOSÉ MARCOS MARIANO

BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA DE CURITIBA

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Auditoria Integral.

Prof. Orientador: Dr. Romualdo Douglas Colauto

CURITIBA

2011

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO (A): JOSÉ MARCOS MARIANO

TÍTULO DO TRABALHO: BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA DE CURITIBA

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

Trabalho excelente
muito de especialização. O trabalho
está sendo considerado em anexo

NOTA: 10,0 DEZ

) ASSINATURA:

Prof. Romualdo Douglas Colauto
Departamento de Contabilidade
Mat. 202087 - 15162532

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO:

NOTA: 10 (DEZ) ASSINATURA:

CONCEITO FINAL: _____ ()

COORDENADOR DO CURSO: MAYLA CRISTINA COSTA

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

A minha esposa e filho que abriram mão de estarem comigo nos finais de semana enquanto eu estava em sala de aula.

Ao senhor Alcides Alvino dos Santos amigo com quem tive muita troca de experiências em seu período de trabalho na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Aos colegas da UFPR pelos trabalhos em grupo e por todos os momentos sempre agradáveis e marcantes.

Agradeço especialmente ao ilustríssimo e fundamental apoio do meu orientador Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, por sua paciência, pelos rumos indicados e pelo seu comprometimento e dedicação.

RESUMO

MARIANO, J. M. Balanço Social: Estudo de Caso na Prefeitura de Curitiba f. Monografia (Especialização). Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2011.

A responsabilidade social é uma função intrínseca do setor público, sendo seu principal objetivo promover melhores condições de vida a população, por meio de políticas públicas, prestando contas dos recursos aplicados à sociedade. No entanto, pouco se discute sobre como o setor público poderia evidenciar de forma clara e objetiva as políticas públicas executadas em favor da sociedade. Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo mostrar os indicadores sociais internos, e do corpo funcional na ótica do Balanço Social na Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009 a 2011. Como procedimentos metodológicos para o levantamento dos dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, com a qual se desenvolveu a proposta com base no modelo de Balanço Social do IBASE, adaptado às peculiaridades pertinentes ao orçamento e à contabilidade do setor público, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa descritiva. Os indicadores possibilitam o conhecimento da efetividade das ações executadas para a sociedade, respeitando, através da transparência, os princípios da administração pública.

Palavras-chave: Administração Pública. Responsabilidade Social. Balanço Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de Balanço Social - Base de Cálculo.....	14
Quadro 2: Modelo de Balanço Social - Indicadores Sociais Internos.....	16
Quadro 3: Modelo de Balanço Social - Indicadores do Corpo Funcional	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	7
1.2 OBJETIVOS	7
1.2.1 Objetivo geral	7
1.2.2 Objetivos específicos	8
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	9
1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL.....	11
2.2 BASES DE CÁLCULOS DOS INDICADORES.....	13
2.3 INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	16
2.4 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL NA ÓTICA DO BALANÇO SOCIAL .	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS DAS BASES DE CÁLCULO.....	22
4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS.....	24
4.3 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	31
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	37
5.1 CONCLUSÕES	37
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS.....	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	40

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo contempla aspectos gerais sobre o Estudo de Caso na Prefeitura Municipal de Curitiba e qual o comportamento dos indicadores sociais internos, e do corpo funcional na ótica do Balanço Social.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

As empresas são cada vez mais exigidas a contribuírem para o desenvolvimento econômico sustentável. Sua aceitabilidade, no mercado, tem sido gradativamente, condicionada à demonstração de que realiza a referida contribuição. Para suprir a carência de instrumentos eficientes de avaliação de desempenho da empresa no terreno humano e social, em diversos países vem se desenvolvendo a sistemática correspondente ao Balanço Social.

Na ausência de um referencial sobre as informações a serem prestadas, principalmente porque há diferentes necessidades de diversos usuários, observa-se uma variedade de dados e formatos entre os publicados pelas empresas. Tal variedade dificulta a análise e comparação dos dados, impossibilitando, assim, que tenham maior utilidade. Assim, a pesquisa pretende-responder a seguinte questão-problema: **Qual o comportamento dos indicadores sociais internos, e do corpo funcional na ótica do Balanço Social na Prefeitura Municipal de Curitiba?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho consiste em identificar o comportamento dos indicadores sociais internos, e do corpo funcional na ótica do Balanço Social na Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009-2011.

1.2.2 Objetivos específicos

- Levantar os indicadores sociais internos na concepção do Balanço Social da Prefeitura de Curitiba nos anos de 2009, 2011.
- Levantar os indicadores do corpo funcional na concepção do Balanço Social da Prefeitura de Curitiba nos anos de 2009, 2011; e
- Analisar o comportamento dos indicadores sociais internos, e do corpo funcional na ótica do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009, 2011.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A proposta de Balanço Social desenvolvida para a Prefeitura Municipal de Curitiba justifica-se, principalmente, pela importância que essa esfera vem assumindo na estrutura do Estado. Dentro da organização da Administração Pública, na concepção de Barros (2002, p.5) “o município é o ente da administração pública brasileira com menor poder estatal para atingir o bem comum, embora seja o que mais próximo se encontra da população”. Logo, são os gestores municipais os mais cobrados pela população quanto às suas responsabilidades e à prestação de contas do que estão fazendo com os recursos públicos, seja pela sua proximidade com a comunidade administrada, seja pela constante insuficiência de recursos ante as crescentes obrigações, assumindo tais entes, muitas vezes, competências que, constitucionalmente, são da União ou dos Estados.

Pinto, Ribeiro (2004, p.34) responsabilidade social da empresa e Balanço Social são temas discutidos há décadas. Entretanto, ainda não se chegou a um consenso quanto à obrigatoriedade de elaboração ou a um modelo padrão de divulgação dentro dos conceitos contemporâneos de tal demonstração, ou seja, que contemple os aspectos de Recursos Humanos, Meio Ambiente, Demonstrações do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuição à Sociedade em geral, bem como a uniformidade dos indicadores sociais e econômicos a serem evidenciados.

Muitas organizações vêm publicando o Balanço Social, porém de formas diferentes: algumas o publicam com elementos quantitativos, outras de forma discursiva. A função principal do Balanço Social da empresa é tornar pública a responsabilidade social da entidade. Busca a transparência junto aos órgãos públicos em geral do que a empresa está fazendo, interna e externa, nas áreas sociais, econômica e ambiental.

Acredita-se que a divulgação das ações sociais das organizações, dos planos internos voltados ao seu ativo humano, das políticas de investimentos direcionadas ao meio ambiente. A evidenciação da formação e distribuição da riqueza e contribuições a entidades assistenciais são de grande utilidade não somente para o público, mas também para a própria organização que as publica, há visto a que a publicação do Balanço Social é um instrumento que propicia um relacionamento

mais íntimo com o público e, conseqüentemente a melhoria de imagem da empresa, além de servir como instrumento de controle e avaliação aos gestores.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

A pesquisa está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a introdução de estudo, bem como o problema da pesquisa, os pressupostos, os objetivos gerais e específicos, finalizando com a justificativa do estudo e a organização do conteúdo.

No segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica. A primeira trata da Caracterização do Balanço Social. Depois, discute-se a Base de Cálculo dos Indicadores. Após, comenta-se sobre os Indicadores Sociais Internos. Na última seção abordam-se os Indicadores do Corpo Funcional na Ótica do Balanço Social. No terceiro capítulo são explicitados os procedimentos metodológicos. Em seguida, discorre-se sobre a descrição e análise dos dados. No quinto capítulo apresentam-se as conclusões da pesquisa e as recomendações para futuros estudos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico está dividido em quatro seções. A primeira trata da Caracterização do Balanço Social. Depois, discute-se a Base de Cálculo dos Indicadores. Após, comenta-se sobre os Indicadores Sociais Internos. Na última seção abordam-se os Indicadores do Corpo Funcional na Ótica do Balanço Social.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Herbert de Souza, considerado por muitos como o semeador da idéia do Balanço Social no Brasil, concorda que a divulgação espontânea seria a solução ideal. Segundo ele isso “reflete uma disposição extremamente positiva por parte das empresas, uma das condições para que essa idéia dê certo. No entanto, a vantagem de uma lei é representar a legitimidade institucional”.

Segundo Hebert de Souza (1997:2) as empresas, públicas ou privadas, queiram ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento. A dimensão delas não se restringe apenas a uma determinada sociedade, cidade, país, mas no modo que se organiza e principalmente atua, por meio de atividades essenciais.” O Balanço Social tem sua origem na contabilidade das empresas. Normalmente, é por meio da contabilidade que as entidades divulgam a seus diferenciados usuários seu desempenho econômico, financeiro, social e de responsabilidade corporativa e pública.

O Balanço Social surgiu com a crescente demanda, por parte da sociedade, de informações a respeito dos impactos que as atividade empresariais exercem sobre os trabalhadores, a sociedade, a comunidade e o meio ambiente. Os relatórios tradicionais priorizam informações de ordem financeira, econômica e patrimonial e não abordam elementos qualitativos ou fazem superficialmente, sendo portanto insuficientes para a avaliação do desempenho empresarial. Segundo Ribeiro e Lisboa (1999:19), o Balanço Social é um instrumento de informação da empresa

para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada.

Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

Com referência aos funcionários, as informações que mais lhes dizem respeito são: o volume despendido pelas entidades em salários, encargos sociais e outros benefícios; informações relativas ao nível de emprego, ou seja, o número a qualificação, o tempo de permanência e a faixa etária de funcionários que trabalham nas diversas áreas das organizações, no início e no fim do exercício financeiro e, sobretudo, o valor adicionado gerado pelas entidades, bem como sua distribuição, entre os vários segmentos beneficiados.

Segundo estudos de Lopes de Sá, (2000:55) o Balanço Social representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma”, e parece ter sido, inicialmente, desenvolvido na década de 50, embora na Alemanha, em 1939, a empresa AEG já publicasse tal peça.

O Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades, na promoção humana, social e ecológica, e os efeitos dessa interação são dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade, no espaço temporal passado/presente/futuro.

A grande maioria dos envolvidos na preparação, divulgação e análises do Balanço Social concorda ser ela uma demonstração contábil importante, que vem suprir determinadas demandas, até então não atendidas pelas entidades públicas e privadas. Conflitos de posições inicia à medida que alguns institutos e pessoas físicas entendem ser necessária a criação de uma lei que venha institucionalizar o processo, tornando obrigatória a divulgação do Balanço Social para determinadas entidades. Por sua vez, a grande maioria dos empresários não concorda com esse procedimento, argumentando que cabe cada entidade prestar contas de suas influências para com a sociedade de forma espontânea.

Uma das primeiras entidades a manifestar-se foi a Associação Brasileira de Companhias Aberta Abrasca(2000:137),repudiando a idéia da obrigatoriedade, descreve que:

discorda totalmente dos pressupostos do Projeto de Lei. A função da empresa privada é atender aos desejos dos consumidores , oferecendo ao mercado produtos e serviços, com qualidade e segurança, ao menor preço – empregando de forma eficiente os recursos postos à sua disposição por seus acionistas. Para tal, a empresa precisa continuamente reduzir riscos e investir na melhoria de seu capital físico e humano... em vista desse fato, NOTAS não vê qualquer razão para a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social pelas empresas privadas, opinando pela total rejeição dessa obrigatoriedade.

O Presidente da ADCE do Rio Grande do Sul, Sr. D' Amico (2000:137), relata que: “estamos convencidos que a implantação do Balanço Social da Empresa deverá ser por opção dos empresários, conscientizados de seu valor e, portanto, seguramente mais motivados em alcançar resultados concretos, o que não acontecerá mediante imposição legal”.

Hebert de Souza (2000:137) a divulgação do Balanço Social materializou-se na França e em Portugal, em que no Brasil existem projetos no Senado Federal e Congresso Nacional, com vistas a seguir o mesmo caminho. A divulgação espontânea seria, com certeza, o plano ideal, porém existe o temor de que isso jamais venha a ocorrer, pois muitos empresários não têm interesse em publicar o Balanço Social. Cabe à sociedade organizada e aos Contadores discutir e resolver esse impasse, buscando, de forma obrigatória ou não, oferecer aos usuários mais esse instrumento de acompanhamento e fiscalização sobre as ações desenvolvidas pelas entidades, cada vez mais autônomas.

2.2 BASES DE CÁLCULO DOS INDICADORES

Da mesma forma como no modelo de Balanço Social do IBASE desenvolvido para o setor privado, o setor público deve evidenciar as bases de cálculo para mensuração dos indicadores, adaptando-as à realidade do setor público municipal. conforme apresentado no Quadro 1.

As bases de cálculos são as bases que possibilitam evidenciar o parâmetro dos indicadores, ou seja, a partir dessas bases, é possível verificar a aplicação dos recursos financeiros e, por conseqüência, comprovar seus resultados.

Na proposta apresentada, foram utilizadas como bases de cálculo a receita corrente líquida (RCL), a receita de impostos e transferências (RI) e a folha de pagamento bruta (FPB). Como se observa, as bases de cálculo - receita líquida e resultado operacional apresentadas no modelo IBASE foram direcionados para o setor público, ou seja, adaptadas à contabilidade pública, enquanto a base de cálculo da folha de pagamento bruto continuou a mesma.

Balço Social Anual - Setor Público Municipal	
2005	
Valor em reais)	
1. Base de cálculo	
Receita Corrente Líquida (RCL)	
Receita de Impostos e Transfêrencia (RIT)	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	

Quadro 1 – Modelo de Balço Social - Base de Cálculo

Fonte: adaptado do modelo de Balço Social do IBASE – versão 2005.

a) Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida representa, segundo a Lei Complementar nº 101/00, especificamente no seu art. 2º, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas arrecadadas excluindo-se as duplicidades. Também é a base de cálculo instituída pela Lei de Responsabilidade Fiscal para mensurar os limites de gastos públicos com pessoal e endividamento, podendo ser comparada à receita líquida da empresa privada. No modelo proposto, a receita corrente líquida servirá de base para os indicadores sociais internos, externos, ambientais e de gestão fiscal.

b) Receita de impostos

A receita de impostos e transferências corresponde ao somatório da receita realizada no setor público, proveniente de impostos próprios e transferidos, abrangendo as principais receitas em termos de montante e de continuidade do recebimento. Tais receitas foram definidas pelo art. 212 da CF/88 e pelo art. 77, inc. II, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) da CF/88 como sendo base de cálculo para apuração dos gastos mínimos em educação e saúde.

Sendo assim, substituiu-se a base de cálculo do resultado operacional, apresentada no modelo IBASE, pela base de cálculo da Receita de Impostos e Transferências (RIT). Justifica-se tal adaptação pelo fato de que no setor público as receitas e despesas não são classificadas em operacionais e não operacionais, mas em correntes e de capital. Sob esse aspecto, poder-se-ia relacionar a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente como superávit corrente ou déficit corrente, o que guardaria similaridade com o resultado operacional.

Por não visar a geração de superávits, uma vez que as políticas públicas são tanto mais eficientes quanto maior for o equilíbrio entre o que foi recebido de recursos e o que foi aplicado em benefício da população, entendeu-se não o resultado corrente o melhor parâmetro como base de cálculo, mesmo guardando relação como resultado operacional da empresa privada, e sim a receita de Impostos e Transferências. Tal receita se constitui em base de cálculo largamente utilizada para avaliação do percentual de aplicação dos gastos públicos, sendo, inclusive base de cálculo determinada legalmente para avaliação dos índices de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino e em ações e serviços públicos de saúde, despesas que representam, pelo menos em âmbito municipal, as maiores aplicações de recursos. A Receita de Impostos servirá de base de cálculo nos indicadores sociais externos, ambientais e de gestão fiscal.

c) Folha de pagamento bruta

A base de cálculo da Folha de Pagamento Bruta (FPB) é a mesma utilizada modelo IBASE 2005, a qual contempla o somatório de remunerações (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS, contribuição social, contribuição previdenciária ao Fundo de Previdência Próprio do Município – FPSM).

Essa base servirá de parâmetro para os indicadores sociais internos.

2.3 INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

Segundo Kroetz (2000, p. 87), em nível interno, as informações devem expressar as iniciativas relevantes que contribuem para a qualidade de vida na entidade e promoção humana de seus empregados, “tais como; educação profissional e formal, saúde, segurança no trabalho, alimentação e esporte”.

De acordo com Tinoco (2001), é possível extrair uma vasta gama de indicadores, tanto de ordem quantitativa como de ordem qualitativa, do Balanço Social. Podem-se obter indicadores de ordem econômica e social.

Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008, p.75) comentam que os indicadores sociais internos são as medidas relacionadas ao público interno da organização, ou seja, segundo a proposta apresentada, são a quantificação de investimentos e benefícios fornecidos aos servidores internos do setor público, que contribuem direta ou indiretamente nos investimentos e aplicações evidenciados nos indicadores sociais externos.

Para a definição dos indicadores internos, foram utilizados aqueles subindicadores pertencentes a esse grupo, proposto pelo Modelo IBASE 2005, porém com algumas adições no sentido de adaptá-los às peculiaridades do setor público. Os subindicadores pertencentes ao grupo de indicadores internos utilizados no Balanço Social proposto são definidos pelo IBASE, como: alimentação, encargos sociais compulsórios, saúde, segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento e creches ou auxílio-creche.

2. Indicadores sociais internos	Valor (R\$)	% √ FPB	% √ RCL
Alimentação			
Diárias			
Encargos sociais compulsórios			
Saúde Segurança e saúde no trabalho			
Educação			
Cultura			
Capacitação e desenvolvimento profissional			
Creches e auxílio-creche			
Auxílio-transporte			
Outros			
Total - Indicadores sociais internos			

Quadro 2 - Modelo de Balanço Social – Indicadores Sociais Internos

Fonte: adaptado do modelo de Balanço Social do IBASE – versão 2005.

Alimentação: refere-se aos gastos com restaurantes, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação dos colaboradores, excetuados aqueles realizados por ocasião de deslocamento do servidor de sua sede em função do exercício do trabalho, que estão incluídos no subindicador diárias.

Encargos sociais compulsórios: conforme já mencionados na definição da folha bruta, os encargos sociais compulsórios contemplam o INSS e o FGTS, bem como as contribuições do município para o Fundo Próprio de Previdência Social (FPSM), haja vista que ao setor público é facultada a criação de um fundo de previdência próprio que garantirá a aposentadoria dos servidores pelo valor integral, uma vez que a contribuição dos servidores será realizada pelo valor integral de sua remuneração.

Saúde: refere-se aos gastos com plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive do corpo funcional aposentado.

Segurança e saúde no trabalho: apesar de não possuir uma definição pelo IBASE, esse indicador refere-se a toda segurança dos colaboradores, bem como à saúde e ergonomia no trabalho dos mesmos.

Educação: refere-se aos gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluindo pessoal) e a outros gastos com educação.

Cultura: são gastos com eventos e manifestações artísticas (música, teatro, cinema, literatura e outras áreas).

Capacitação e desenvolvimento profissional: refere-se aos recursos investidos em treinamento, cursos, estágios (excluído salário) e aos gastos voltados especificamente para capacitações relacionadas com a atividade desenvolvida pelos colaboradores.

Creches ou auxílio-creche: refere-se aos gastos relacionados quando há creche no local de trabalho ou quando é fornecido um auxílio-creche aos colaboradores.

Além desses subindicadores do modelo IBASE 2005, foram definidos, com base em conceitos constantes na Portaria Interministerial nº. 163/01, mais dois indicadores: diárias e auxílio transporte.

Diárias: compreende as despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana com o servidor público estatutário ou celetista que se deslocar de sua sede

em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

Auxílio transporte: compreende o auxílio pago em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, bem como as despesas com vale-transporte adquiridos e destinados ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho, nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.

Para verificar a aplicabilidade dos recursos investidos, bem como os resultados desses investimentos, os indicadores sociais internos foram calculados com base na folha de pagamento bruta e na receita corrente líquida.

2.4 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL NA ÓTICA DO BALANÇO SOCIAL

Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008, p.75) os indicadores do corpo funcional quantificam numérica ou percentualmente o número de servidores ativos, inativos e pensionistas até o final do período de fechamento do demonstrativo proposto; o número de admissões; o número de empregados terceirizados, empregados acima de 45 anos e estagiários; o número de mulheres e negros, bem como o percentual desses grupos que ocupam cargos de chefia e o número de portadores de deficiência física ou de necessidades especiais que trabalham na organização.

A esses, foram adicionados subindicadores específicos do setor público, de grande representatividade, que quantificam o número de cargos políticos existentes na organização, o número de servidores que possuem cargos de confiança e o número de servidores efetivos que ingressaram nos serviço público por meio de concurso.

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania e da transparência da gestão servidores, até ações praticadas visando à continuidade dos programas governamentais e à participação da comunidade na gestão das políticas públicas. Ao demonstrar a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores, a administração pública evidencia a equidade da aplicação dos recursos ao capital humano. Ao quantificar o número de acidentes de trabalho que aconteceram com seu corpo funcional, enfatiza a importância dada ao bem-estar de seus servidores.

Em relação à continuidade dos programas governamentais, ao demonstrar o número de projetos iniciados na gestão anterior que continuaram sendo executados na gestão atual, o Balanço Social evidencia a prática de um dos princípios que, por muitas vezes, foi esquecido pelos governantes, prejudicando a população: o da continuidade administrativa.

No que tange aos mecanismos praticados para garantir a transparência da gestão pública e incentivar a participação popular, o modelo proposto evidencia a atuação da população na definição das políticas públicas ao mostrar de que forma os programas de governo elencados no orçamento foram definidos, além de enfatizar se a transparência da gestão dos recursos públicos e da participação popular está sendo praticado ou não. A efetiva participação da comunidade pode ser verificada por meio do índice de participação nas audiências públicas.

Além disso, por meio do modelo proposto, é evidenciado à população se a administração se preocupa em solucionar seus problemas por meio da quantificação das reclamações e críticas, bem como do percentual em que são solucionadas.

Nas informações relevantes quanto ao exercício da cidadania e da transparência da gestão, o modelo propõe demonstrar os indicadores no ano de fechamento e as metas para o ano subsequente. Nos demais indicadores sociais, são contemplados os dados do ano de fechamento e do ano anterior ao do fechamento, observando-se um dos atributos da informação contábil que é a comparabilidade.

7. Indicadores do Corpo Funcional	Executivo		Legislativo
Nº de servidores ativos ao final do período			
Nº de servidores inativos e pensionistas ao final do período			
Nº de admissões durante o período			
Nº de empregados terceirizados			
Nº de estagiários			
Nº de servidores acima de 45 anos			
Nº de mulheres que trabalham na organização			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			
Nº de negros que trabalham na organização			
% de cargos de chefia ocupados por negros			
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais			
Nº de Cargos Políticos			
Nº de Servidores de Cargo de Confiança			
Nº de Servidores Efetivos			
Nº de Servidores CLT			

Quadro 3 - Modelo de Balanço Social – Indicadores do Corpo Funcional

Fonte: adaptado do modelo de Balanço Social do IBASE – versão 2005.

Com base na proposta de Balanço Social desenvolvida, entende-se que, por meio dessa estrutura, o setor público pode evidenciar suas ações proporcionando para a sociedade uma maior transparência das políticas públicas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Descreve-se, neste capítulo, os procedimentos metodológicos adotados no estudo. Primeiro apresenta-se a tipologia da pesquisa. Após, o instrumento de coleta de dados. Na sequência, descrevem-se os procedimentos de descrição dos dados e análise dos dados.

A pesquisa caracteriza-se como Descritiva, utilizando fontes primárias e secundárias. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006) os estudos descritivos medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado. Do ponto de vista científico, descrever é coletar dados, isto é, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões ou coleta-se informações sobre cada uma delas para assim descrever o que se pesquisa.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é, em primeiro momento, documental. De acordo com Silva e Grigolo (2002) a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

O estudo é focado em empresa pública situada no Estado do Paraná. Os dados referem-se ao número de funcionários, folha de pagamento bruta, receita corrente líquida do período de 2009, 2010, 2011.

Utilizou-se como referência a Prefeitura Municipal de Curitiba por ser um órgão público com mais de 31.366 servidores ativos e considerada modelo para as demais cidades. No que se refere à pesquisa, optou-se por consulta ao site da Secretaria Municipal de Finanças.

Primeiramente com base na estrutura do site buscou-se os links da Secretaria e Órgãos, Finanças, Informações, Orçamento, Orçamento Anual onde foram extraídos os dados da base de cálculo do balanço social. Na segunda etapa foi extraído através de Banco de Dados Query os dados dos indicadores sociais internos e os indicadores do corpo funcional.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Coletados os dados no site da Prefeitura Municipal de Curitiba, fez-se necessário analisá-los visando atender os objetivos propostos.

A partir das informações disponibilizadas no site, avaliou-se o nível de evidência estabelecido pela legislação. Em seguida, avaliou-se a quantidade e a qualidade da evidência contábil apresentada nas páginas eletrônicas da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS DAS BASES DE CÁLCULO

Os dados da base de cálculo da receita corrente líquida (RCL), a receita de impostos e transferências (RI) e a folha de pagamento bruta (FPB) foram extraídas do Balanço Orçamentário, Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Receita Corrente Líquida instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal serve para mensurar os limites de gastos públicos com pessoal e endividamento, podendo ser comparada à receita líquida da empresa privada.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - PREFEITURA DE CURITIBA			
Base de Cálculo	2009 Valor em reais	2010 Valor em reais	2011 Valor em reais
Receita Corrente Líquida (RCL)	3.057.175.512,57	3.400.113.347,80	4.208.761.741,78
Receita de Impostos e Transferência (RT)	2.121.646.454,13	2.365.055.321,61	3.094.919.810,87
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.460.449.626,72	1.630.532.654,54	1.857.869.574,46

Fonte: Secretaria de Finanças

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

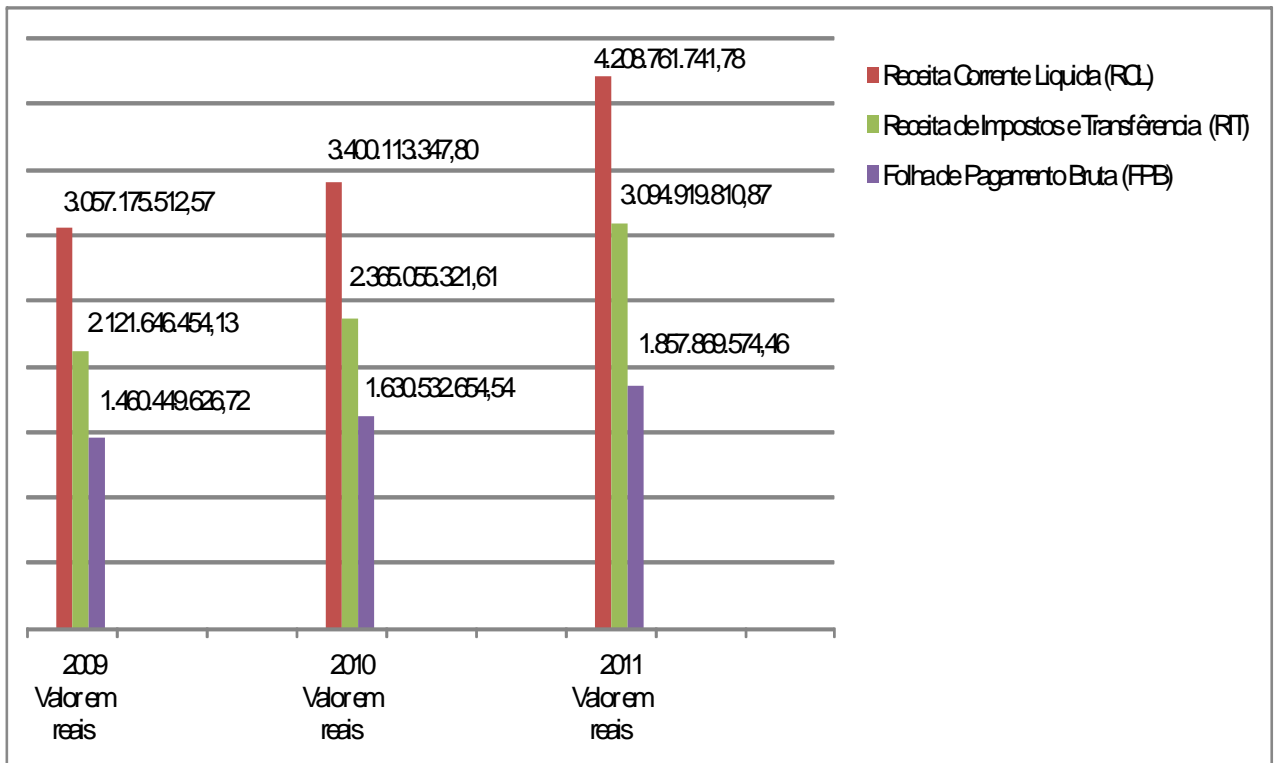


Gráfico 1 – Evolução da Base de Cálculo

O percentual da despesa total com pessoal da Prefeitura Municipal de Curitiba foi de 39,90%, sendo o limite máximo (incisos, I, II e III, art. 20 da LRF de 54%, e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) de 51,3%.

Para a Administração Pública o percentual de 39,90% esta abaixo do limite máximo gasto com pessoal conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

2. Indicadores sociais internos	2009			2010			2011		
	Valor (R\$)	% s/ FPB	% s/ RCL	Valor (R\$)	% s/ FPB	% s/ RCL	Valor (R\$)	% s/ FPB	% s/ RCL
Alimentação	3.573.400,29	0,244678093	0,116885677	13.011.179,07	0,797971083	0,382668980	14.971.979,88	0,805868189	0,355733605
Diárias	33.840,51	0,002317130	0,001106921	141.336,13	0,008669936	0,004156806	101.294,10	0,005452164	0,002406744
Encargos sociais compulsórios	176.475.813,45	12,083663160	5,772511676	261.587.719,51	16,04308377	7,693499975	263.454.783,31	14,18047784	6,259674449
Saúde Segurança e saúde no trabalho	36.179.508,60	2,477285622	1,183429229	57.289.646,33	3,513554064	1,684933427	54.631.981,51	2,940571409	1,298053558
Educação	366.793.809,13	25,115129110	11,99780018	390.269.961,14	23,935120840	11,47814562	470.747.925,47	25,33805020	11,18495069
Cultura	26.823.156,13	1,836636858	0,877383586	32.843.316,38	2,014269159	0,965947691	33.129.908,99	1,783220386	0,787165229
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	0,00	0,000000000	0,000000000	0,00	0,000000000	0,000000000	0,00	0,000000000	0,000000000
Creches e auxílio-creche	129.564.077,24	8,871519763	4,238032023	171.481.652,26	10,516910030	5,043409872	188.512.038,07	10,14667771	4,479038007
Auxílio-transporte	32.897.307,70	2,252546552	1,076068664	38.249.617,00	2,345835694	1,124951232	42.955.437,24	2,312080344	1,020619362
Total - Indicadores sociais internos	772.340.913,05	52,883776288	25,26321796	964.874.427,82	59,17541274	28,37771360	1.068.505.348,57	57,51239823	25,38764163

Fonte: Secretaria de Finanças

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Banco de Dados - Query

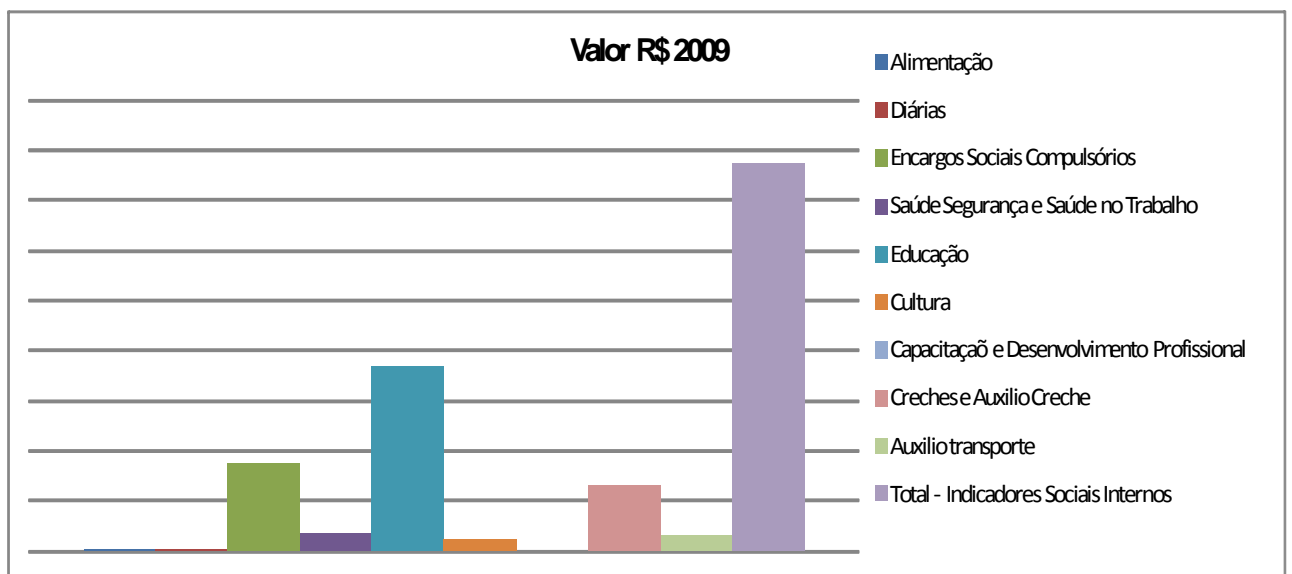


Gráfico 2 – Valores de investimentos e benefícios fornecidos aos servidores

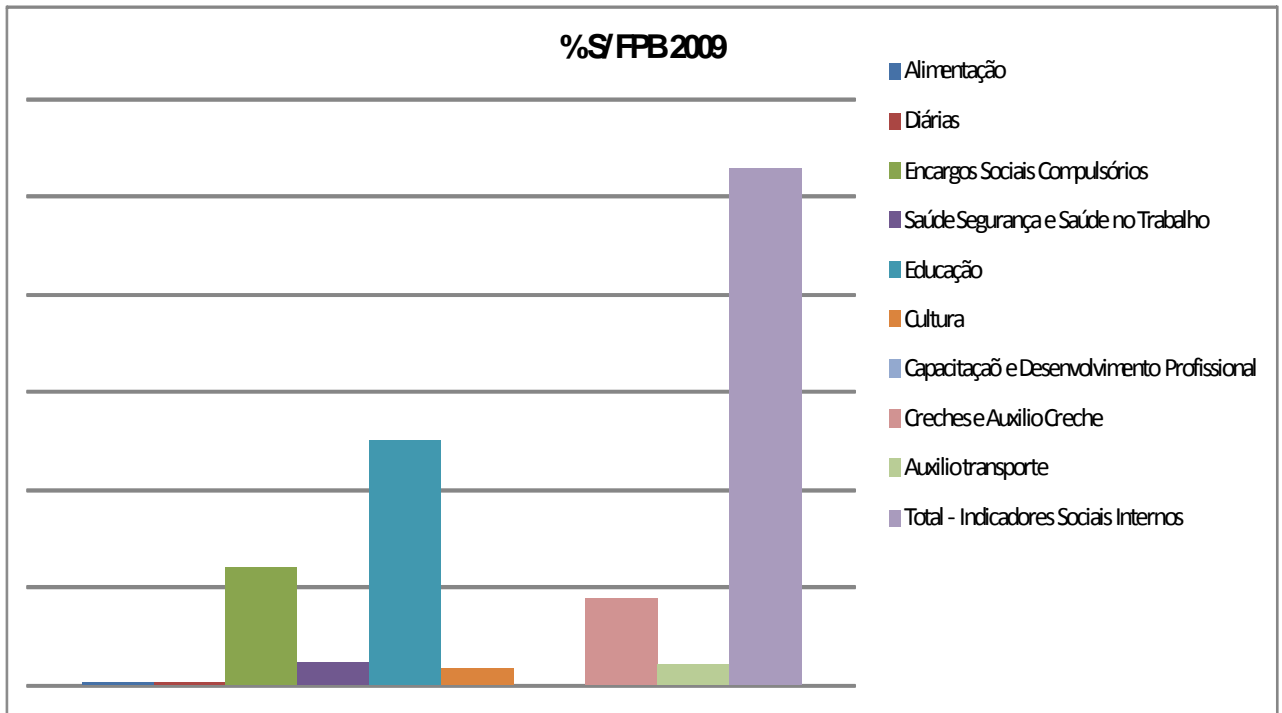


Gráfico 3 – Percentual sobre a Folha de Pagamento Bruta

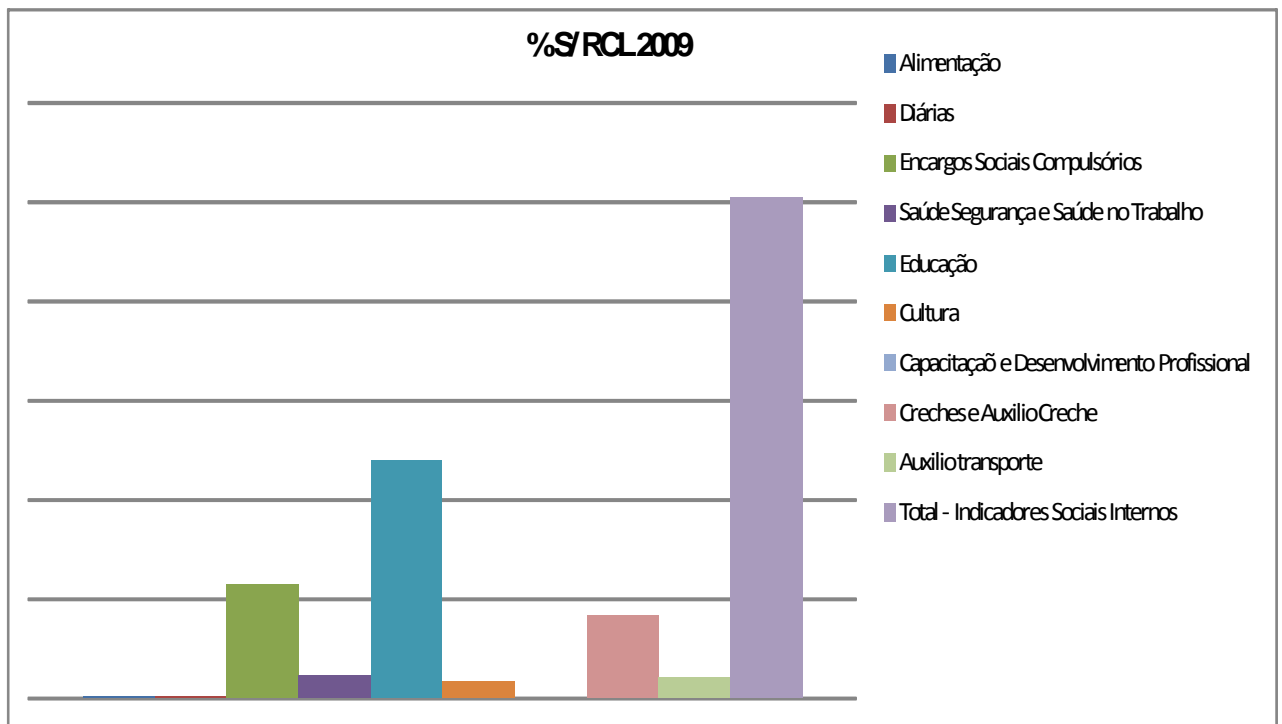


Gráfico 4 – Percentual sobre a Receita Corrente Líquida

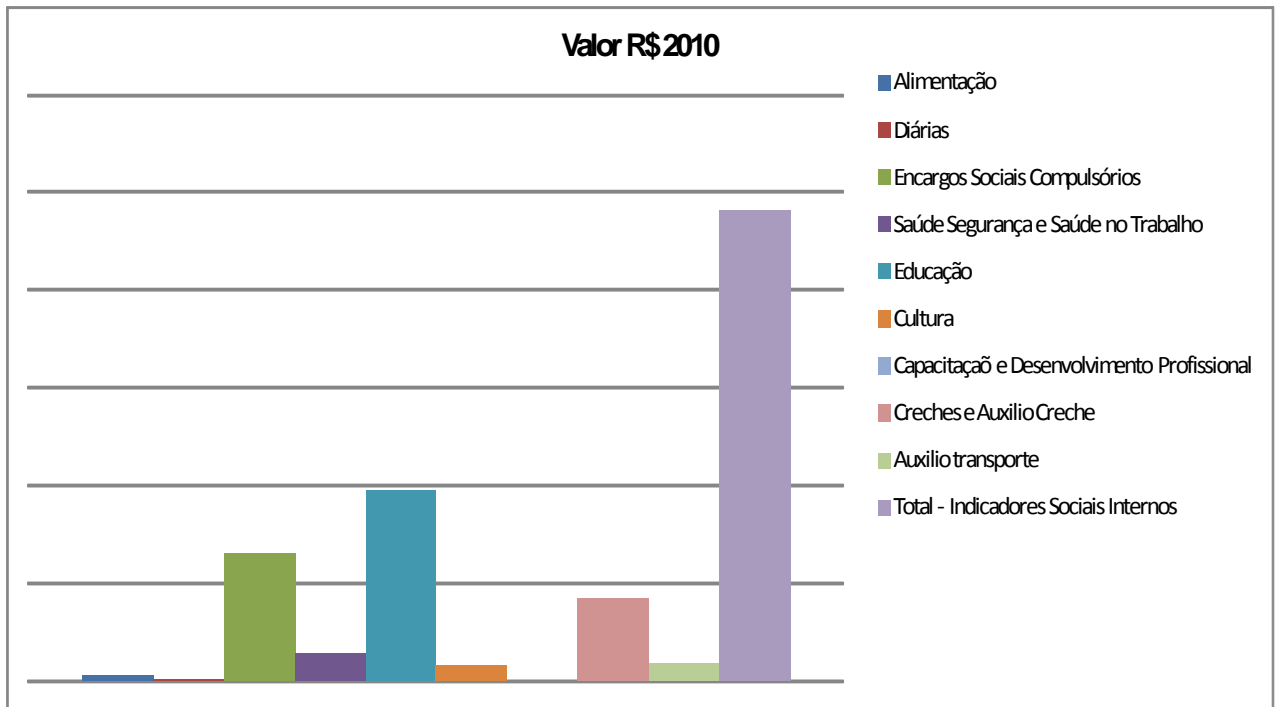


Gráfico 5 - Valores de investimentos e benefícios fornecidos aos servidores

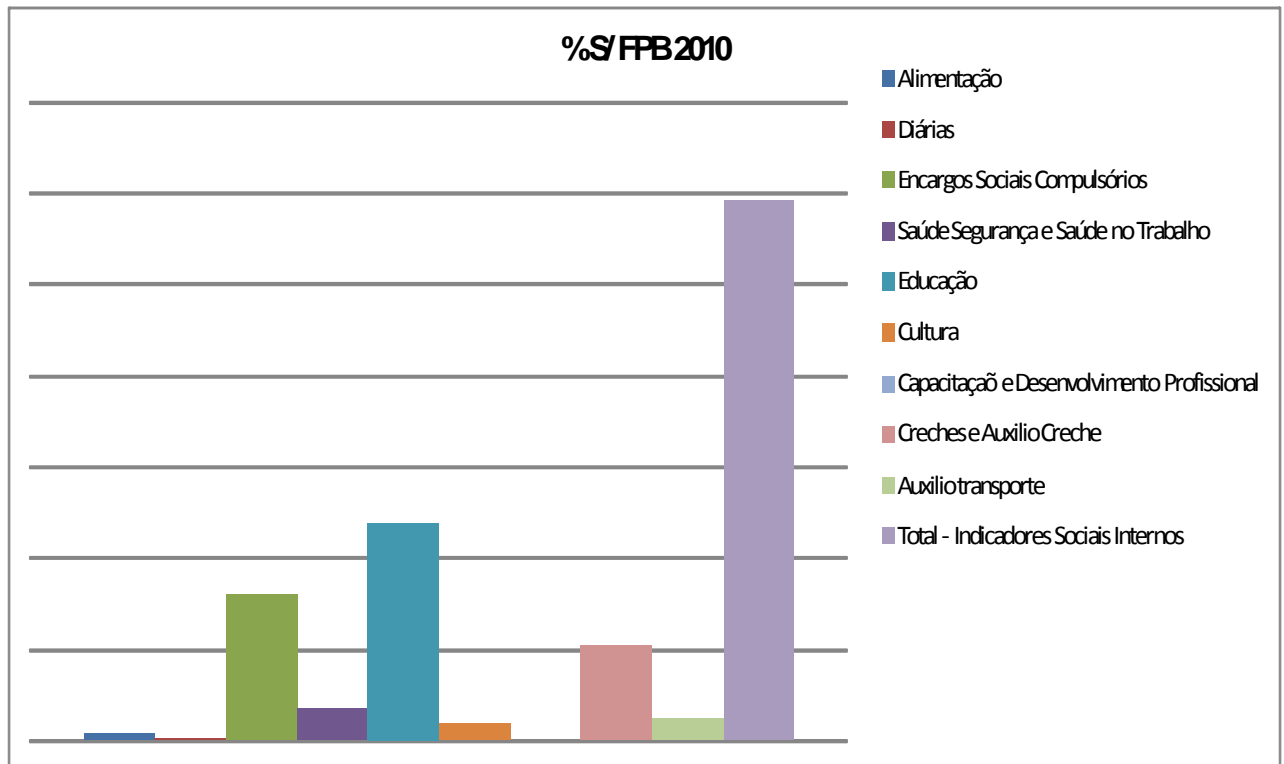


Gráfico 6 - Percentual sobre a Folha de Pagamento Bruta

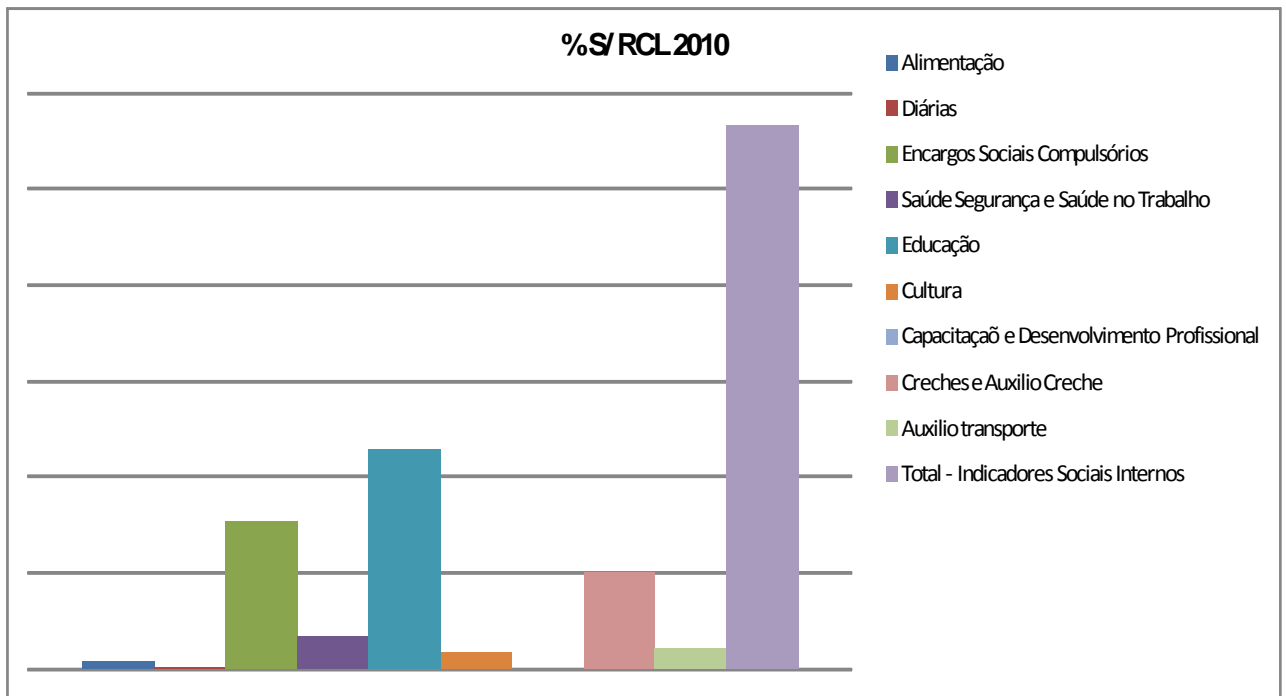


Gráfico 7 - Percentual sobre a Receita Corrente Líquida

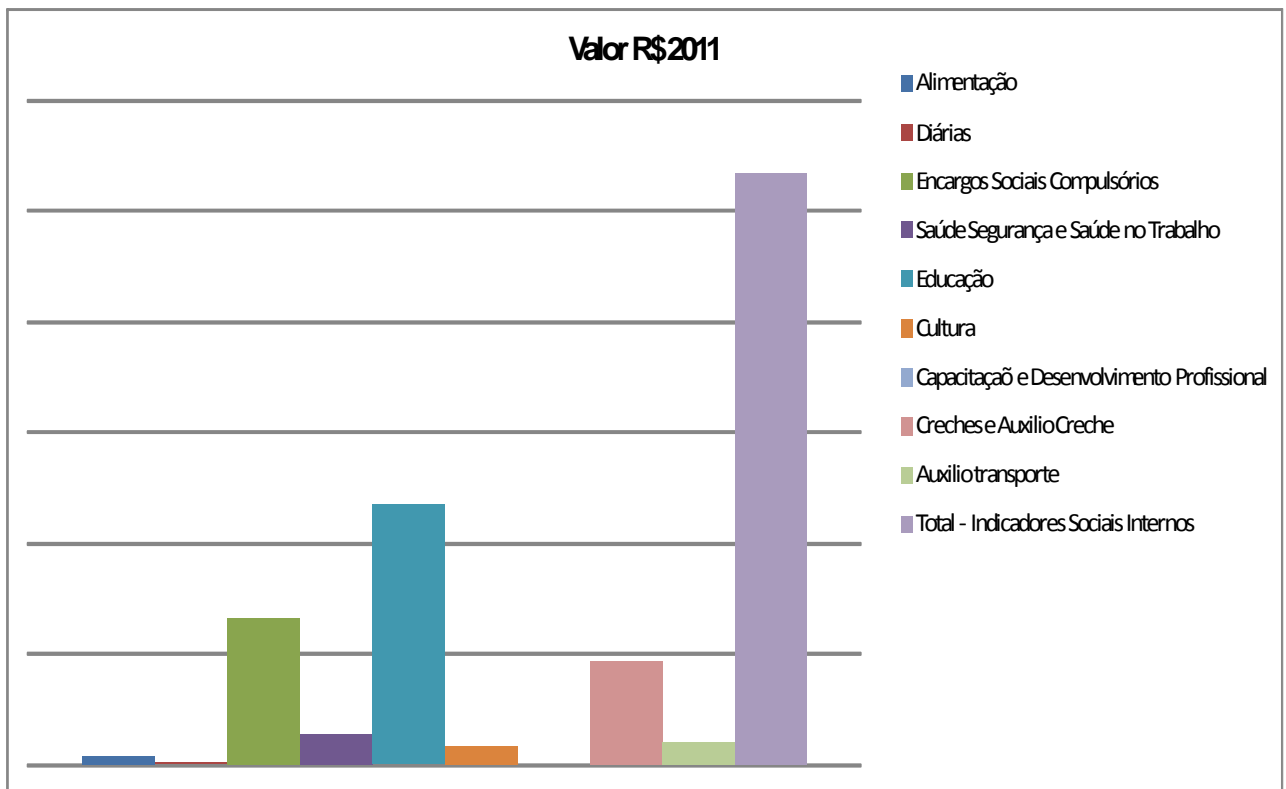


Gráfico 8 - Valores de investimentos e benefícios fornecidos aos servidores

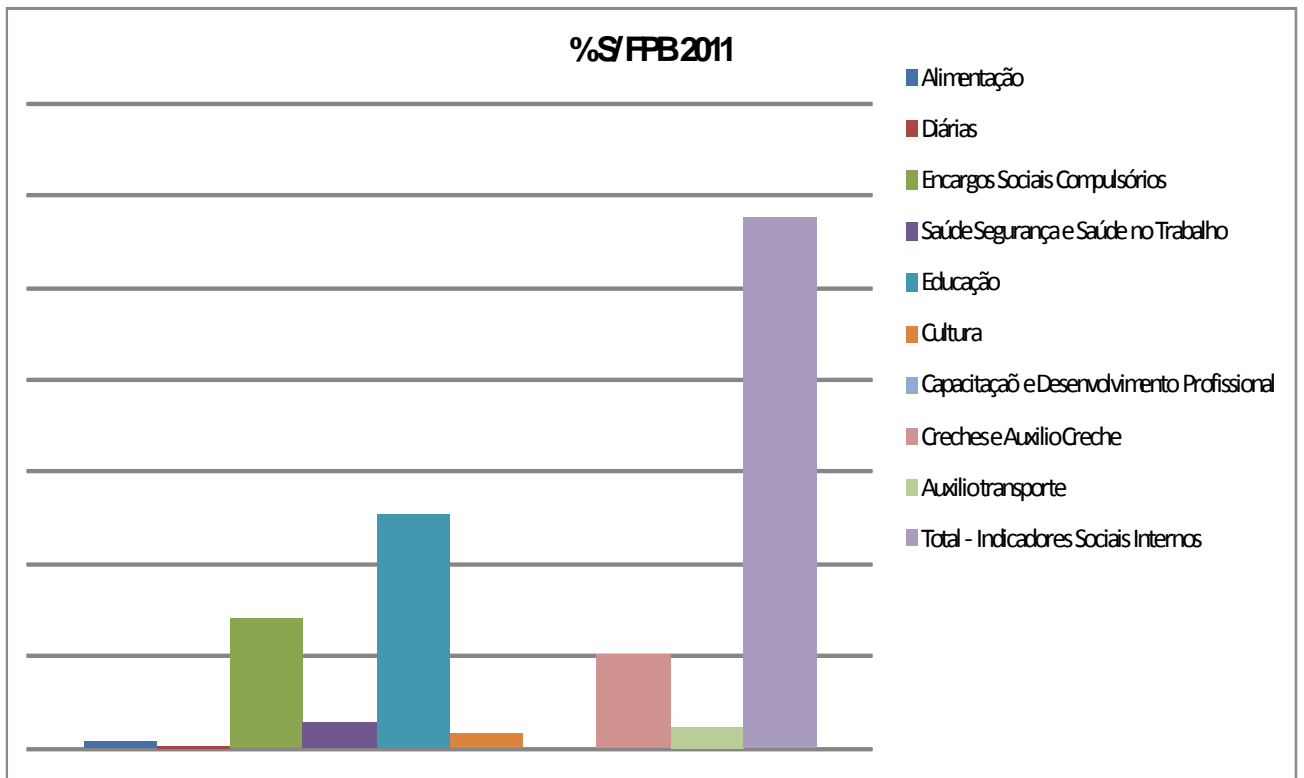


Gráfico 9 - Percentual sobre a Folha de Pagamento Bruta

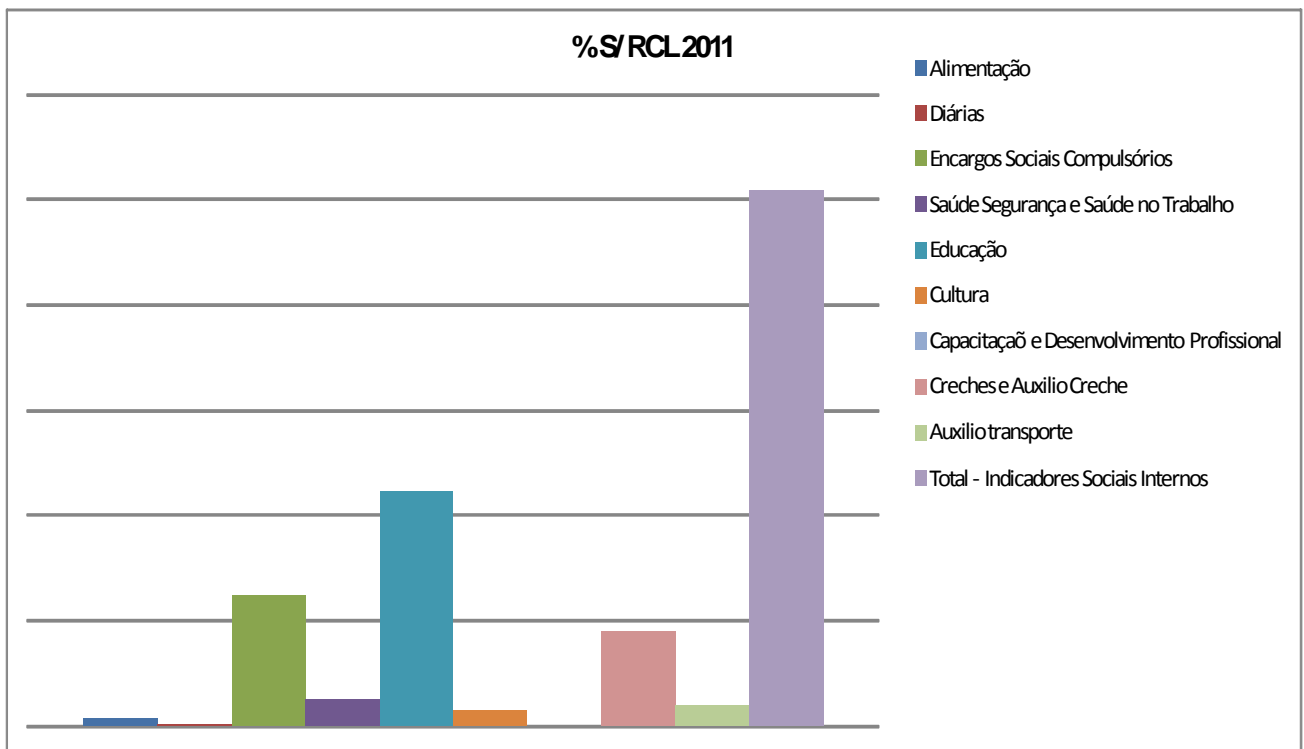


Gráfico 10 - Percentual sobre a Receita Corrente Líquida

Alimentação: Os subsídios à alimentação na forma de auxílio refeição pago em pecúnia nos anos de 2009 a 2011 representam um desembolso total de R\$31.556.559,24, 1,86% sobre a folha de pagamento bruta. O pagamento do auxílio refeição em pecúnia teve um aumento a partir do mês de Junho/2010 devido ao fato do Prefeito da época determinar através de Decreto que as horas extras, dsr e o Programa de Produtividade e Qualidade (PPQ) fossem excluídos da base de cálculos das vantagens para recebimento do auxílio refeição em pecúnia.

Encargos sociais compulsórios: Todos os servidores contribuem com um percentual de 11% e a parte empregadora em 22% sobre todas as vantagens para o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba –IPMC para concessão do benefício previdenciários, pensão por morte do servidor, auxílio-doença, auxílio - reclusão, salário – maternidade, salário – família.

Saúde: Todos os servidores contribuem com um percentual de 3,14% e a parte empregadora em 3,65% sobre todas as vantagens para o Instituto Curitiba de Saúde – ICS para manutenção do plano de saúde.

Segurança e saúde no trabalho: Gasto aplicado em segurança da população através da Guarda Municipal de Curitiba conforme Secretaria da Defesa Social.

Educação: refere-se aos gastos com ensino fundamental para toda a população de Curitiba através da Secretaria Municipal de Educação.

Cultura: gastos com eventos e manifestações artísticas para toda a população de Curitiba através da Fundação Cultural de Curitiba.

Capacitação e desenvolvimento profissional: Os investimentos em treinamento, cursos, estágios são gastos voltados especificamente para capacitações relacionadas com a atividade desenvolvida pelos colaboradores e gerenciado pelo Instituto de Administração Pública – IMAP, dentre os projetos de capacitação dos servidores está o Semeador que consiste na capacitação de servidores que estão em estágio probatório. O curso é realizado com uma aula presencial e a conclusão via internet.

Creches ou auxílio-creche: refere-se aos gastos com ensino infantil para toda a população de Curitiba através da Secretaria Municipal de Educação.

Diárias: despesas de alimentação, hotel e locomoção com o servidor público estatutário ou celetista, Secretários, Diretores.

Auxílio transporte: Os subsídios do auxílio transporte pago na forma de pecúnia nos anos de 2009 a 2011 representam um desembolso total de

R\$114.102.361,90, 6,91% sobre a folha de pagamento bruta. O auxílio é pago no final do mês para uso no mês subsequente levando em conta o número máximo de 21 dias úteis, o valor é referente a quatro (4) vales/dia considerando o período de frequência e todos os afastamentos. O desconto do auxílio transporte é feito por faixa sendo de 1%, 3% e 6% sobre o vencimento dos servidores.

Para verificar a aplicabilidade dos recursos investidos, bem como os resultados desses investimentos, os indicadores sociais internos foram calculados com base na folha de pagamento bruta e na receita corrente líquida.

4.3 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

Os indicadores do corpo funcional quantificam numérica ou percentualmente o número de servidores ativos, inativos e pensionistas até o final do período de fechamento do demonstrativo proposto; o número de admissões, o número de empregados terceirizados, empregados acima de 45 anos e estagiários, o número de mulheres e negros, bem como o percentual desses grupos que ocupam cargos de chefia e o número de portadores de deficiência física ou de necessidades especiais que trabalham na organização. A esses, foram adicionados subindicadores específicos do setor público, de grande representatividade, que quantificam o número de cargos políticos existentes na organização, o número de servidores que possuem cargos de confiança e o número de servidores efetivos que ingressaram no serviço público por meio de concurso.

Indicadores do Corpo Funcional	2009	2010	2011
Nº de servidores ativos ao final do período	31.090	31.734	31.366
Nº de servidores inativos e pensionistas ao final do período	6.824	7.200	7.318
Nº de admissões durante o período	2.534	2.263	1.395
Nº de empregados terceirizados	0	0	0
Nº de estagiários	2.797	2.432	2.472
Nº de servidores acima de 45 anos	16.324	17.385	17.739
Nº de mulheres que trabalham na organização	23.209	24.270	24.671
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,87%	0,91%	0,94%
Nº de negros que trabalham na organização	390	433	468
% de cargos de chefia ocupados por negros	0,51%	0,92%	1,07%
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	0	0	71
Nº de Cargos Políticos	431	429	431
Nº de Servidores de Cargo de Confiança	68	77	98
Nº de Servidores Efetivos	31.090	31.734	31.366
Nº de Servidores CLT	3	3	3

Fonte: Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Instituto Municipal de Administração - IMAP

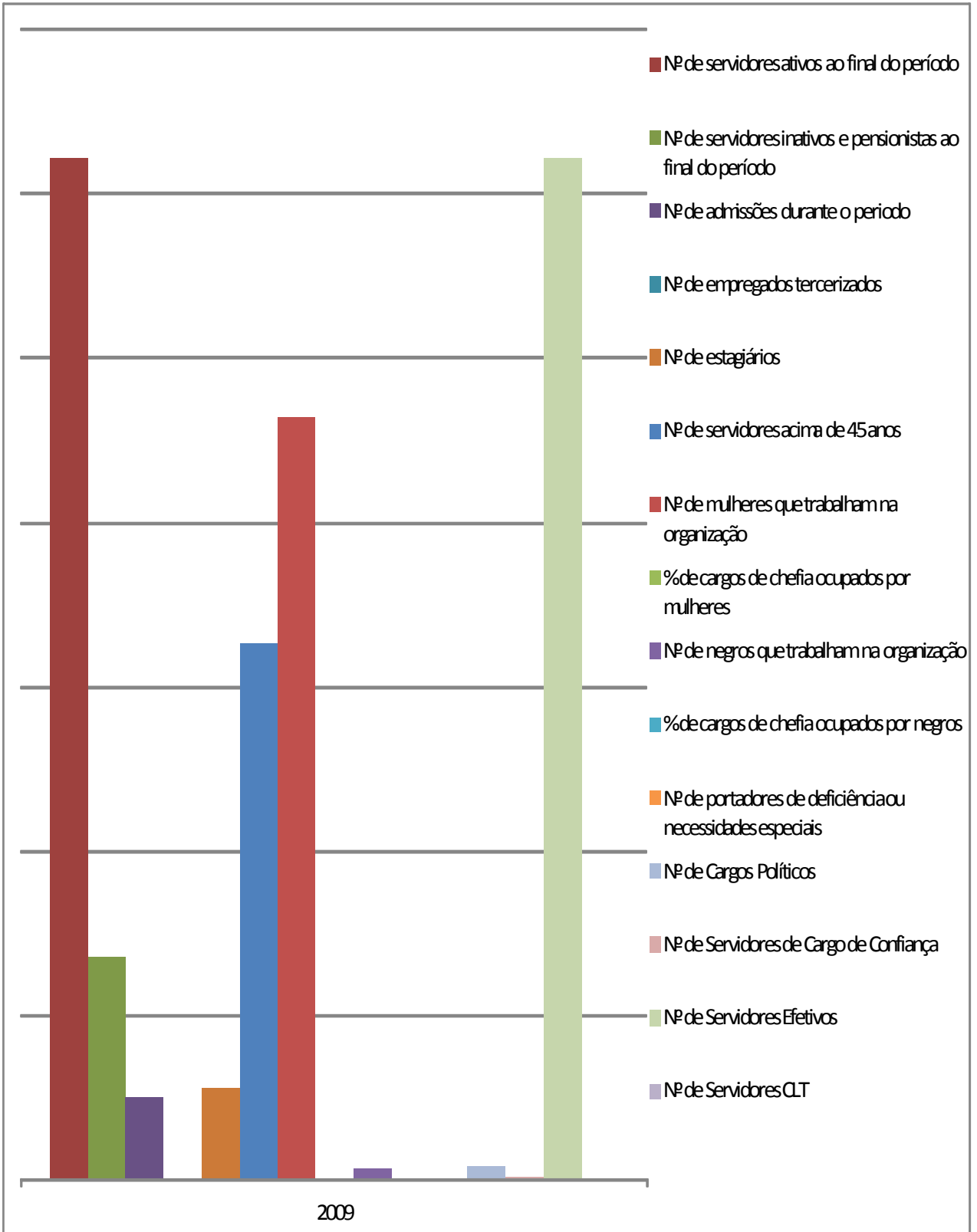


Gráfico 11 – Indicadores do Corpo Funcional

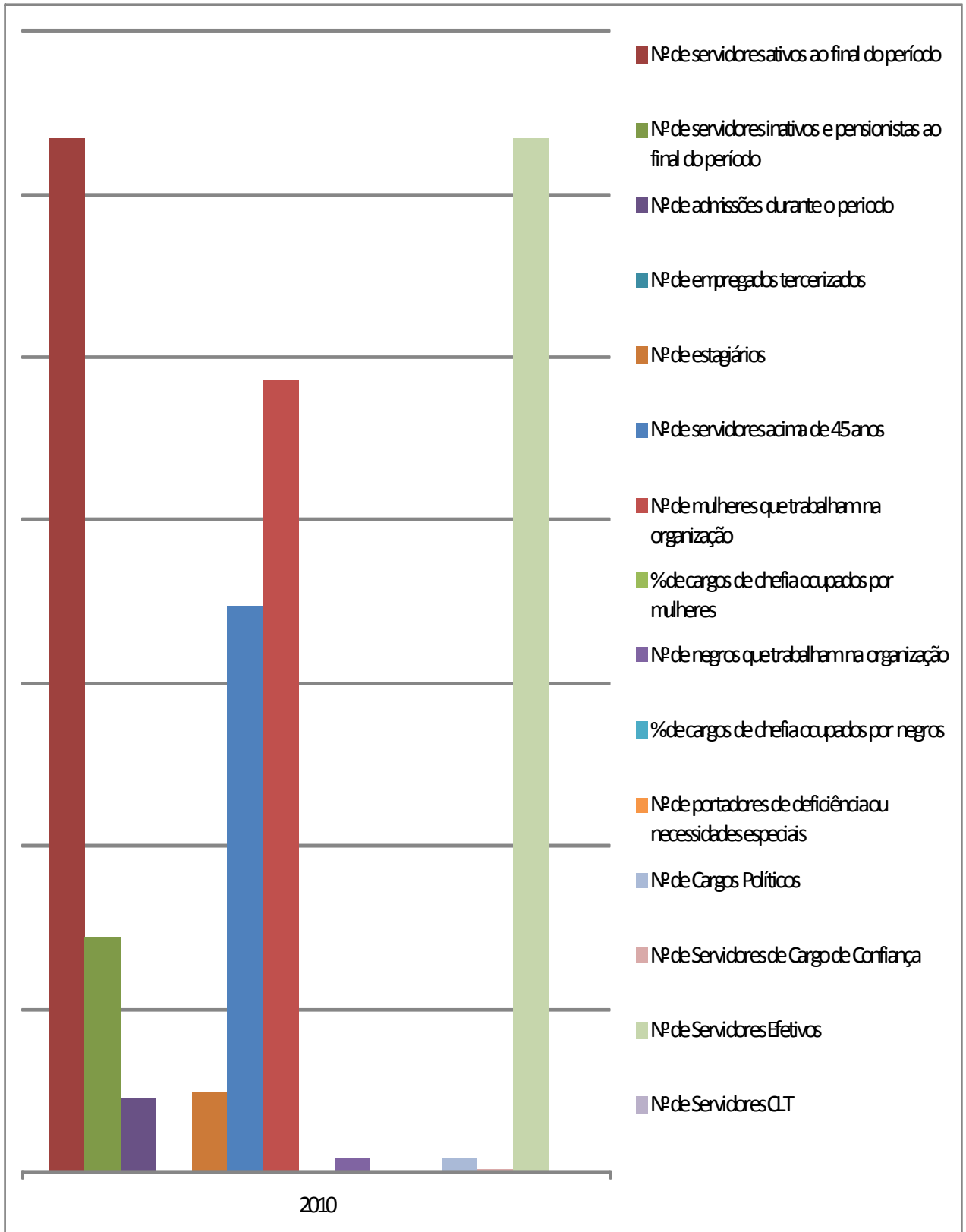


Gráfico 12 – Indicadores do Corpo Funcional

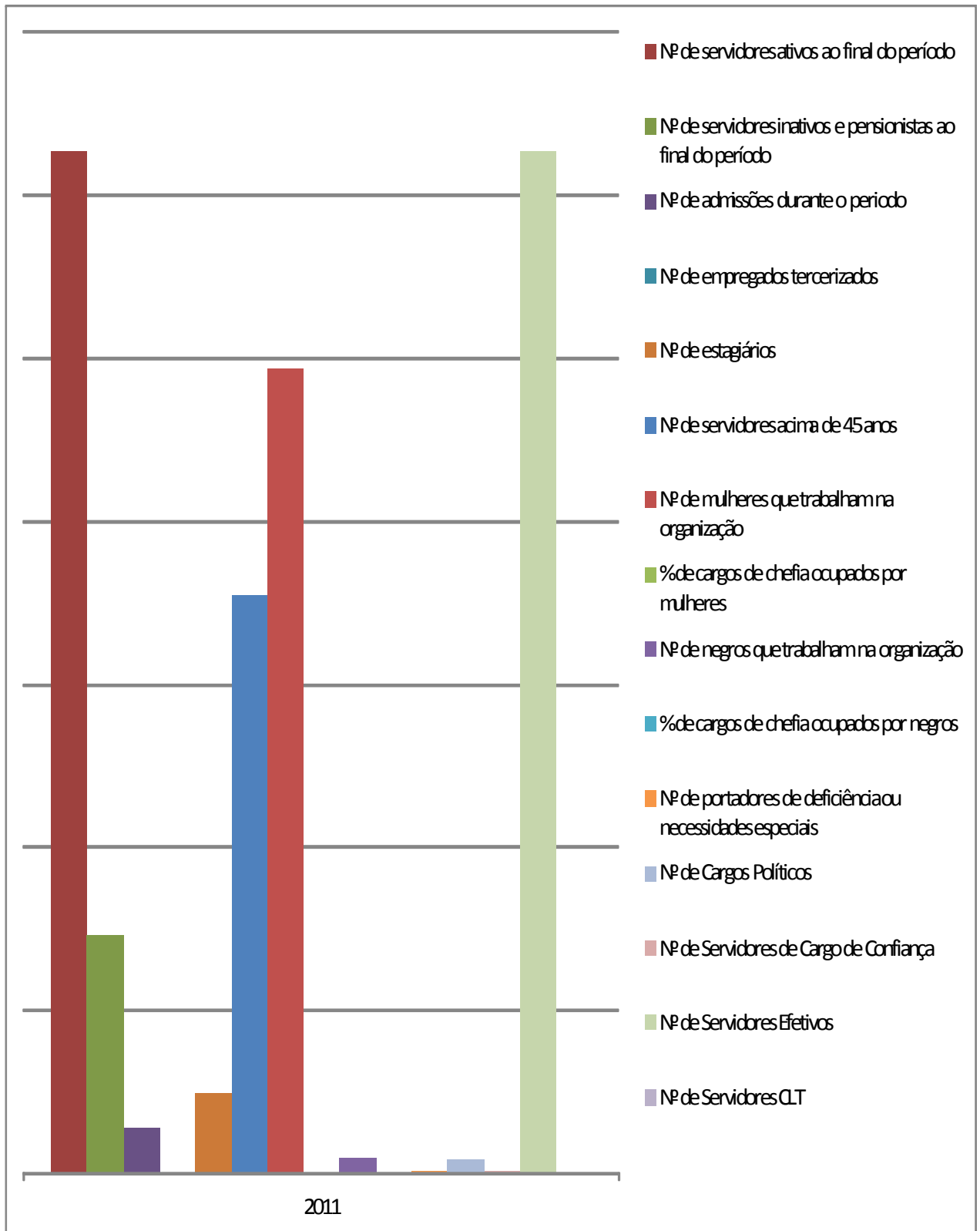


Gráfico 13 – Indicadores do Corpo Funcional

Uma análise dos Gráficos 11, 12 e 13 mostra que a Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 3 anos, teve um aumento no seu quadro de pessoal, passando de 31.090 para 31.366 no número de servidores ativos.

Nesse mesmo período, houve um aumento no número de servidores que se aposentaram passando de 6.824 para 7.318.

Já o número de admissões realizadas no ano de 2009 a 2011 teve uma redução de 2.534 passando para 1.395.

A Prefeitura Municipal de Curitiba não trabalha com serviços terceirizados, sendo o quadro de servidores concursados.

O número de estagiários segundo dados levantados junto ao Instituto Municipal de Curitiba – IMAP responsável pela contratação dos estagiários que prestam serviços para a Prefeitura Municipal de Curitiba passou de 2.797 para 2.472 ocorrendo uma redução.

Os gráficos 11, 12 e 13 evidenciam o número de servidores acima de 45 anos que nesse contexto teve uma elevação passando de 16.324 para 17.739. Para os analistas, esse tipo de informação pode ser relevante, testemunhando a concentração das pessoas por idade na organização. Sabe-se que existem entidades em que o fator idade e antiguidade no emprego e fonte de vantagem competitiva.

O número de mulheres que trabalham na Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009 a 2011 teve um aumento passando de 23.209 para 24.671. As Secretarias que concentram o maior número de mulheres e a Educação e a Saúde.

O percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres nos anos de 2009 a 2011 na Prefeitura Municipal de Curitiba teve um aumento de 0,87% passando para 0,94%. O número de negros que trabalham na Prefeitura Municipal de Curitiba passou de 390 para 468, já o percentual de chefias ocupados por negros no mesmo período de 2009 a 2011 teve um aumento de 0,51% passando para 1,07%.

O número de servidores portadores de deficiência ou necessidades especiais foi de 71 servidores no ano de 2011, não tendo dados levantados nos anos de 2009 e 2010 pelo fato da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência ter sido criada no ano 2010.

Os cargos políticos na Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009 a 2011 permaneceram em 431, já o número de servidores de cargo em confiança passou de 68 para 98.

O número de servidores efetivos são aqueles que foram contratados através de concurso público no regime Estatutário nos anos de 2009 a 2011 passou de 31.090 para 31.366 servidores.

O número de servidores no regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT nos anos de 2009 a 2011 permaneceram com 3 servidores. O fato da Prefeitura Municipal de Curitiba possuir em seu quadro de pessoal servidores no regime CLT ocorreu na mudança de regime de CLT para Estatutário no qual os mesmos permaneceram no regime CLT.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesse capítulo apresentam-se as conclusões do estudo e recomendações para futuras pesquisas.

5.1 CONCLUSÕES

O estudo objetivou identificar o comportamento dos indicadores sociais internos, e do corpo funcional na ótica do Balanço Social na Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009-2011. Para alcançar o objetivo foi realizada uma pesquisa, iniciada por meio de análise documental, considerando como documentos as evidenciações contábeis na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Curitiba na Secretaria Municipal de Finanças e Recursos Humanos.

Primeiramente, foi verificada no site da Prefeitura Municipal de Curitiba, depois foi feito a extração de dados dos indicadores do corpo funcional no banco de dados da Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

No site da Prefeitura Municipal de Curitiba na Secretaria Municipal de Finanças foram extraídos os dados da base de cálculo dos indicadores, e os indicadores sociais internos no Balanço Orçamentário, Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção.

Ficou constatado por meio do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do ano de 2010 da Prefeitura Municipal de Curitiba que o gasto foi de 39,90%, sendo o limite máximo (incisos, I, II e III, art. 20 da LRF de 54%, e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) de 51,3%.

Na análise dos indicadores sociais internos ficou constatado que o benefício da alimentação fornecido aos servidores em forma de pecúnia e somente para alguns servidores que não ultrapassem um limite de vantagens em R\$1.341,90 base de cálculo para recebimento.

Na análise dos indicadores do corpo funcional ficou constatado que o percentual de chefias ocupadas por mulheres nos anos de 2009 a 2011 não chegou

a 1% e o percentual de chefias ocupadas por negros no mesmo período chegou a 1%. Já o número de servidores portadores de deficiência ou necessidades especiais foi de 71 servidores no ano de 2011 muito abaixo dos 31.366 servidores ativos. Ficou explícito que o número de cargos políticos está superior ao número de servidores em cargo de confiança.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Diante das limitações da pesquisa, apresentam-se algumas recomendações para futuros estudos de caso.

- Realizar uma pesquisa envolvendo outras Prefeituras, para que possa ser feita comparações nos indicadores sociais internos e do corpo funcional;
- Verificar uma fórmula para que o auxílio refeição em pecúnia seja concedido a todos os servidores;
- Pesquisar o motivo do percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres estar baixo;
- Investigar o motivo do percentual de cargos de chefias ocupadas por negros estar baixo;
- Pesquisar o motivo do número de cargos políticos estarem acima do número de servidores de cargo de confiança; e
- Verificar o motivo do número de servidores portadores de deficiência ou necessidades ficarem abaixo do total de servidores ativos.

REFERÊNCIAS

TÉNORIO, Guilherme Fernando et al. **Responsabilidade Social Empresarial: teoria e prática**. 2ª ed, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. – São Paulo: Atlas, 2001.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

FREY, Márcia Rosane; MARCUZZO, Juliana Luisa; OLIVEIRA, Carine. **O balço social como ferramenta de transparência para o setor público municipal**. Revista Universo Contábil, Blumenau, ano MMVIII, v. 4, nº 2, p. 75-92, abril/jun. 2008.

RIBEIRO, Maisa de Souza; PINTO, Anacleto Laurino. **Balço Social: Avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, ano MMIV, nº 36, p. 21-34, setembro/dez 2004.

VARELA, Patrícia Siqueira; COSTA; Raquel da Ressurreição; DOLABELLA, Maurício Melo. **Balço Social: Demonstrativo da função social da empresa**. Contab. Vista & Rev, Belo Horizonte, ano MCMXCIX, v. 10, nº 2, p. 28-35, setembro 1999.

MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; MADEIRA, Geová José. **Origem e evolução do balço social no Brasil**. Contab. Vista & Rev, Belo Horizonte, ano MMII, v. 13, nº 1, p. 105-116, abril 2002.

Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba. Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/equipe-smf-secretaria-municipal-de-financas/73/18>. Acesso em: 09 abr. 2012.

ANEXOS

Curitiba, 02 de Abril de 2012.

À

Prefeitura Municipal de Curitiba

Referente: Autorização para pesquisa acadêmica

Ilmo Sr. Valério Krause
Diretor do Departamento de Administração de Pessoal

AUTORIZADO
EM 02/04/12
Valério Krause
Matrícula 83.333

Sou estudante do Curso de Especialização em MBA Auditoria Integral da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e estou desenvolvendo uma pesquisa para elaboração de uma monografia sobre "**Balanço Social: Estudo de Caso na Prefeitura Municipal de Curitiba**". Este estudo visa analisar como esta se comportando os indicadores do corpo funcional. Porquanto, venho, por meio desta, manifestar o desejo de utilizar a Prefeitura Municipal de Curitiba, empresa pública como modelo para a realização do estudo de caso da pesquisa.

Assim, gostaria de solicitar a autorização do uso do nome da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Afirmamos que as informações não afetarão a integridade da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Desde já agradeço a atenção prestada.

Cordialmente,

José Marcos Mariano
Especialização em MBA Auditoria Integral pela UFPR
Contato: (41) 9990-3718 E-mail: marcos.mariano@ig.com.br

Professor orientador:

Dr. Romualdo Douglas Colauto
Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da UFPR
Contato: (41) 3360 4411 E-mail: rdcolauto@ufpr.br